



MAPA DA GÉNESE DO ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA CONTEMPORÂNEO EM PORTUGAL (1908)

Helder Marques
Mário Gonçalves Fernandes

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e FLUP, Av. Panorâmica, s/n, 4150-564
Porto, Portugal
htrigo@letras.up.pt; mgfernan@letras.up.pt

Palavras-chave: Cartografia temática; representações territoriais; associativismo agrícola.

As questões relacionadas com a agricultura apresentam-se como incontornáveis no Portugal das primeiras décadas do século XX, pelo que é compreensível, portanto, que o contingente de expositores portugueses que participaram na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, de 1908, tenha sido composto maioritariamente (426 em 919, ou seja, 46%) por expositores enquadrados na denominada secção I (“Produtos agrícolas”). No mesmo sentido, não surpreende verificar que as entradas correlacionadas com as questões agrícolas adquiram um peso significativo na composição de uma obra com o cariz das “Notas sobre Portugal”, publicada em dois volumes no âmbito da participação portuguesa naquela exposição.

Assim, entre as 814 páginas que compõem o volume I, organizado por António Teixeira Judice (1908) e o único onde se encontram contributos relacionados com produtos da agricultura e da produção de gado, é possível percorrer cerca de 175 páginas ao longo das quais se discorre sobre a produção agrícola (103 a 136), a indústria leiteira (137 a 159), a silvicultura (305 a 330), a produção vinícola (331 a 344), a olivicultura (345 a 358), as associações agrícolas (427 a 444) e, enfim, a pecuária (445 a 483).

Nesta comunicação trata-se apenas do tema sobre do associativismo agrícola e da carta nele inserta: “Carta de Portugal com a Distribuição dos Sindicatos Agrícolas e Adegas Sociais”, 1:2.000.000, elaborada por António Tavares Pereira.

A CARTOGRAFIA

À carta em análise acrescentam-se mais duas que se encontram nos artigos relacionados com a agricultura, ambas também elaboradas por António Tavares Pereira, como toda a cartografia da obra, mas estas na escala de 1:4.000.000: a “Carta de Portugal contendo o número e distribuição dos fabricantes de manteiga no Continente e Ilhas Adjacentes em 1906” (Figura 1) e a “Carta de Portugal indicando a Percentagem da Superfície Arborizada em cada Districto” (Figura 2).

No entanto, a escolha da “Carta de Portugal com a Distribuição dos Sindicatos Agrícolas e Adegas Sociais”, 1:2.000.000 (Co.ou e Des. Tavares Pereira, a cores, entre pp. 444-445, 17,5 x 29,5 cm, cor), que podemos observar na figura 3, assenta, principalmente, na sua pertinência para o projeto centrado no estudo da cartografia sobre a viticultura e a vinicultura, que temos desenvolvido desde o III Simpósio (2009), inserindo-se esta Carta na

primeira fase, do último quartel do século XIX até à queda do regime monárquico, e pertencendo à tipologia de documentos classificados como “de divulgação, essencialmente ilustrativos (...) elaborados para exposições internacionais, onde se procurava afirmar e divulgar a vocação natural do país para a cultura da vinha” (FERNANDES, 2021, p. VI).

As características do mapa adequam-se à obra em que está inserida e decorrem, naturalmente, das opções do desenhador e das especificidades da informação, temática e de base, disponível. Embora a base cartográfica decorra da Carta Geographica de Portugal, de 1865 (1:500.000), esta deverá, no entanto, ser referenciada apenas como fonte indireta, podendo a base cartográfica dos mapas de António Tavares Pereira ter sido constituída a partir de uma carta daquela derivada, por redução e generalização da escala original.

A evidência de que Tavares Pereira construiu uma base cartográfica normalizada para a aplicação a vários mapas afirma-se pela observação comparada com os outros quatro mapas, na escala de 1:2.000.000, existentes nas “Notas sobre Portugal” (e o mesmo acontece para os 8 mapas na escala de 1:4.000.000), notando-se que as poucas diferenças observáveis decorrem de pequenos desajustes na sobreposição dos diferentes “layers” na fase de impressão. Normalização, aliás, que também é visível nas decisões sobre a simbologia, utilizando pequenos retângulos, em tudo semelhantes, nas cores (azuis, vermelhos e pretos) como nas dimensões, aos que utiliza na “Carta das Estancias Thermo Mineraes de Portugal”.

Apesar das referências na Biblioteca Nacional de Portugal, que o designa como “tec. graf.” (possivelmente técnico gráfico) e das cartas por si desenhadas ali estão depositadas, António Tavares Pereira, o autor de todos os mapas das “Notas sobre Portugal, terá sido mais desenhador do que cartógrafo.

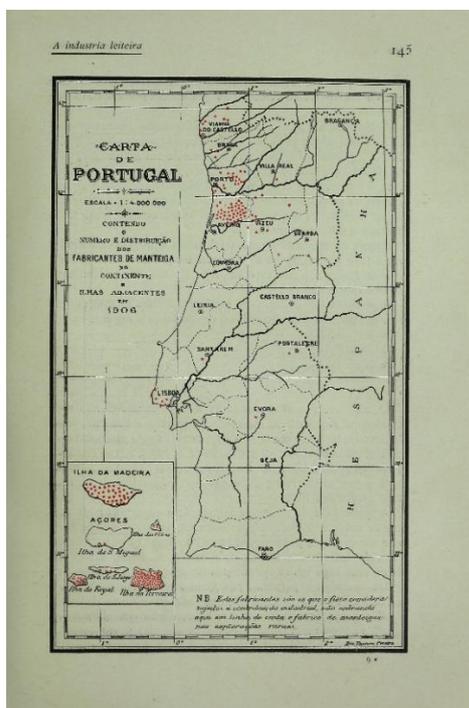


Figura 1 - “Carta de Portugal contendo o número e distribuição dos fabricantes de manteiga no Continente e Ilhas Adjacentes em 1906”.

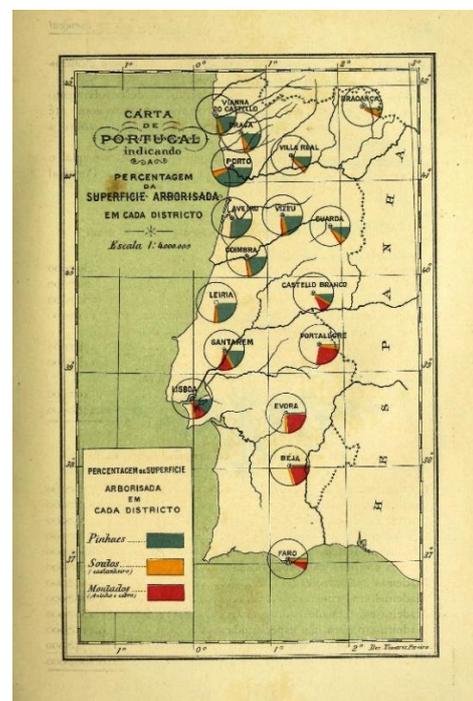


Figura 2 - “Carta de Portugal indicando a Percentagem da Superfície Arborizada em cada Distrito”.

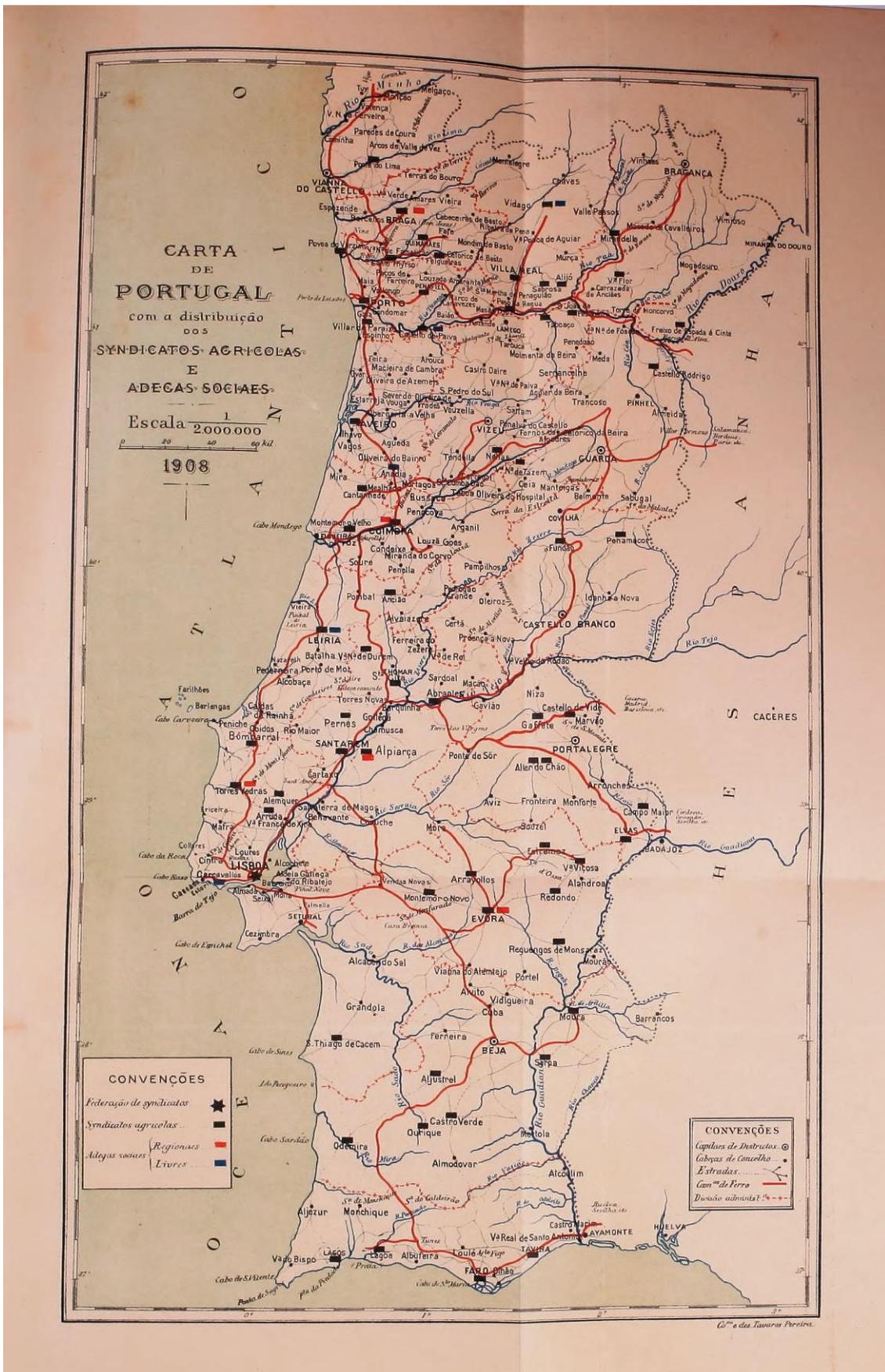


Figura 3 - "Carta de Portugal com a Distribuição dos Sindicatos Agrícolas e Adegas Sociais".



O ASSOCIATIVISMO AGRÍCOLA

Em Portugal, tal como por toda a Europa, embora com trajetórias, intensidades e temporalidades desiguais, o associativismo agrícola tem uma enorme e profunda espessura histórica. No nosso caso, as modalidades ancestrais, que perduraram quase até à atualidade, eram essencialmente informais e defensivas já que tinham primordialmente como objetivo não só garantir a sobrevivência das comunidades como também assegurar a continuidade geracional. O seu arquétipo assenta na necessidade de gestão racional não só do trabalho como dos poucos recursos existentes. Por exemplo, sobretudo nos territórios de serra ou de autarcia dominante, as vezeiras minimizavam o trabalho da coletividade, enquanto o forno comum ou o “boi do povo” economizavam recursos escassos. Mais tardiamente aparecem os celeiros comuns (séc. XVI) que rapidamente se expandem no Alentejo enquanto, mais a norte, se difundiam as mútuas de gado, sobretudo bovino.

No entanto, contrariamente a um mito ingenuamente difundido sobretudo nos anos 30 e 40 do século passado que remetia para um «comunitarismo primitivo» das comunidades camponesas, ainda que pudesse ter reminiscências visigóticas, pouco ou nada tinha de igualitarismo, até porque a exploração dos bens indivisos pelos aldeões não era coletiva, mas sim, essencialmente individual e, além disso, era muito desigual. As pastagens e os pousios sujeitos à livre pastagem de gados, sobretudo de pequenos ruminantes, eram explorados por cada um proporcionalmente (pro rata) à sua riqueza em meios de produção e não sendo o benefício de modo nenhum partilhado.

Os institutos jurídicos do Antigo Regime, dotados de uma enorme inércia e de defensores privilegiados na hierarquia social dos campos, prolongam ainda bastante mesmo depois de legalmente extintos no decorrer do séc. XIX pelos liberais (direito de compáscuo, por exemplo), assumindo depois, e nalguns casos, formas sucedâneas, como ocorreu com a proibição do morgadio/sistema das casas doadas, não sendo, portanto, de admirar que a moldura jurídica do associativismo agrícola contemporâneo apenas tenha comparecido tardiamente através do decreto de 9 de maio de 1891. Claro que se procurou trilhar uma nova fase acreditando-se que as associações agrícolas seriam uma forma privilegiada de modernização dos sistemas de cultura mais ou menos arcaicos, fomentando a descolagem da pobreza endémica também pela difusão de melhores e mais modernas práticas de cultivo. Ainda assim, a liberdade de iniciativa individual nunca foi plena, porque, de facto, dependiam em grande medida do controle apertado por parte da administração pública. Portugal padecia de um evidente atraso em relação à maior parte dos países europeus, recentemente agravado pela crise política e sobretudo financeira de 1890/91. Os recursos eram agora mais escassos depois do ultimato inglês e do refluxo das remessas enviadas pelos emigrados no Brasil após a proclamação da república. Convém, portanto, perceber e compreender, na hermenêutica do texto, a intenção de apresentar Portugal como um país progressivo. Vem isto a propósito do mapa em análise que hiperboliza quer o número de sindicatos agrícolas quer de adegas sociais. Uma boa parte não saíram sequer do diário de governo, nunca tendo tido papel relevante ou mesmo terem sido construídas as respetivas instalações.

Foi o decreto de 5 de junho de 1894, inspirado no modelo francês (1884), como era na época recorrente, que ancorou a moldura jurídica e possibilitou a criação de sindicatos agrícolas. Aglutinando, por regra, por grandes e médios proprietários, assim como notáveis locais que neles viram um bom cenário de se manterem como caciques, constituíram-se fundamentalmente como importante força de pressão, sobretudo a Sul, na defesa de políticas protecionistas nos cereais. Além disso tinham uma prática marcadamente economicista (compra em comum de sementes, adubos e pouco



mais) e nunca atingiram número significativo dado que, em 1908, pouco ultrapassariam as três dezenas se se considerar aqueles que de facto tinham atividade visível. Expansão significativa só ocorreu depois do advento da república já que no início dos anos 20 se contabilizavam um pouco mais de duas centenas. Ainda assim, parecem ter sido, de facto, mais importantes as associações agrícolas ditas tradicionais, a exemplo das ancestrais mútuas de gado bovino que, agora, de informais (regendo-se pela tradição e funcionando nos limites sociais e territoriais do interconhecimento) tendem a tornar-se mais burocratizadas, com escritura pública e contabilidade organizada.

Na viticultura, depois de debeladas as conjunturas decorrentes, primeiro da proliferação do oídio e, mais duramente, do filoxera, a importância do refluxo exportador agrava-se pelas colheitas abundantes de finais de XIX e inícios do século XX, gerando elevados excedentes e uma correlativa baixa de preços que um consumo interno, pouco elástico, dificilmente podia compensar. Em 1892 foi publicado o decreto autorizando o governo a auxiliar o estabelecimento e manutenção de adegas sociais prescrevendo-se a criação de 8 ou, eventualmente 12, mas com incentivos muito limitados porque quase só de ordem fiscal. Apesar de diversas tentativas de formação como foi o caso da projetada pelo sindicato agrícola de Felgueiras, só parece ter cabalmente funcionado a adega social de Viana do Alentejo promovida pela União Vinícola e Oleícola do Sul e que foi inaugurada em 1897. Depois do congresso vinícola de Lisboa de 1900 publicou-se o decreto (17 de julho de 1901) “que manda adotar diversas providencias a fim de suavizar a crise vinícola” que alarga as subvenções para as adegas sociais e define a criação de oito adegas, agora à escala regional. Tal como no caso anterior e, como seria de esperar, o sucesso foi muito limitado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Mário (org.), **A Cartografia como meio de conhecimento: cidades, viticultura e turismo – posfácio com pretensão a interlúdio**, in *A Cartografia como meio de conhecimento: cidades, viticultura e turismo*. Porto: FLUP, pp. III-X, 2021.

GRAÇA, Laura Larcher, **Propriedade e agricultura: evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal**, Lisboa: Ed conselho económico e social, 1999.

JUDICE, Antonio Teixeira (org. vol. I) e ARROYO, Antonio (org. vol. II), **Notas Sobre Portugal**, Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908, Secção Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.

Volume I - Digitized by the Internet Archive in 2016 https://archive.org/details/notassobreportug01teix_1

Volume II - Digitized by the Internet Archive in 2010 with funding from University of Toronto https://archive.org/details/notassobreportug02teix_1/

MARQUES, Helder, **Ruralidade e inovação na ruralidade do noroeste de Portugal**. Porto: repositório aberto da Universidade do Porto, 2000.

SANTOS, Regina M. S., **Portugal na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Significados e intenções**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tese de doutoramento (policopiada), 1999.